



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 11

Agroecologia e Agriculturas
Urbana e Periurbana



Tipologia de Ação Pública para a Agricultura Urbana

Typology of Public Action for Urban Agriculture

PORTO, Lya; RAUFFLET, Emmanuel; ALVES, Mário

Fundação Getúlio Vargas, lyaporto²@gmail.com, École des Hautes Études Commerciales (HEC-Montreal). Emmanuel.raufflet@hec.ca, Fundação Getúlio Vargas, mario.alves@fgv.br

Seção Temática: Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana

Resumo

O trabalho apresenta a construção de uma Tipologia de Ação Pública de Agricultura Urbana por meio da análise da literatura de diferentes cidades do Norte e do Sul Global. A construção da tipologia tem como base o cruzamento entre estruturas institucionais e entrega de serviços para Agricultura Urbana (AU). Apresenta-se quatro tipos principais denominados como “Marginal”, “Emergente”, “Societal” e “Estatal”.

Palavras-chave: modelos de ação pública; governo; sociedade civil; institucionalização; entrega de serviços.

Abstract

The paper presents the construction of a Typology on Urban Agriculture Public Action through literature analysis of different cities in the Global North and South. The construction of the typology is based on the cross analysis between institutional structures and service delivery to UA. It presents four main types called “Marginal”, “Emerging”, “Societal” and “State”.

Keywords: Public action models; government; civil society; Institutionalization; service delivery.

Introdução e Justificativa

O nível de institucionalização e as estruturas de serviços para a promoção da Agricultura Urbana variam de cidade para cidade. Algumas enfrentam vazios institucionais ou ausência de apoio institucional e podem até ser atividades ilegais (Porto, 2017). Em cidades como Lusaka (Zâmbia) e Harare (Zimbabwe) a prática de AU é ilegal. Em Belém (Brasil) e Dar es Salaam (Tanzânia) AU não é uma atividade ilegal, mas enfrenta falta de apoio institucional. Na cidade de São Paulo, a atividade de AU tem um histórico de falta de apoio institucional, mas, recentemente, conquistou mais visibilidade e apoio institucional, conforme será demonstrado nessa pesquisa.

Outras cidades como Montreal e Nova Iorque também não têm apoios expressivos dos governos locais, mas muitas ONGs e empresas sociais oferecem serviços e promovem essa atividade consolidando uma estrutura de serviços em rede, conforme foi observado durante a pesquisa de campo. Já cidades como Rosário, Havana, Toronto e



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO

12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 11

Agroecologia e Agriculturas
Urbana e Periurbana



Seattle possuem uma estrutura institucional mais consolidada e, muitos desses serviços são oferecidos por políticas públicas, embora em algumas dessas cidades a ação de organizações da sociedade civil também seja bastante expressiva.

Tendo em vista esses diferentes níveis de institucionalização da AU e os diferentes tipos de arranjos institucionais para a AU foi realizada uma pesquisa da literatura a respeito das políticas e ações públicas no campo da AU em diferentes cidades para que fosse possível analisar como a AU tem se estruturado no nível local. Essa análise deu origem à construção de uma tipologia de quatro tipos de arranjos institucionais diferentes para a AU denominados como “Marginal”, “Emergente”, “Societal” e “Estatal”.

O tipo de AU denominado “Marginal” é aquele onde essa atividade é ilegal ou se depara com vazios institucionais e ausência de políticas e ações públicas. O tipo de AU denominado como “Emergente” é aquele onde historicamente a AU ocupou um lugar marginalizado nas políticas e ações públicas, mas tem estruturado uma estrutura recente de apoio a essa atividade. Com isso, nesse tipo de arranjo institucional para a AU, essa atividade conquistou uma série de reconhecimentos institucionais, mas ainda carrega alguns resquícios de ação pública marginalizada.

O tipo de AU denominado como “Societal” é aquele onde o sistema de serviços para AU é estruturado a partir de ações de ONGs, empresas sociais, cooperativas e demais organizações da sociedade civil e do setor privado. O governo local ocupa o papel de coordenador e regulamentador e tem pouca expressividade na execução de políticas públicas para AU. O tipo de AU denominado como “Estatal” é aquele onde existe uma estrutura institucional para AU bem consolidada que integra um sistema de serviços realizados pelo governo local e/ou por organizações da sociedade civil e do setor privado.

Métodos

A construção dessa tipologia foi realizada a partir de uma análise da presença dos principais serviços e condições institucionais para a AU propostas por de Zeeuw et.al. (2000) e Bryld (2012). Tendo em vista que esses autores mencionam a necessidade de estruturação de regulamentações, institucionalizações e ações, a tipologia foi organizada em dois quadros principais. O primeiro diz respeito aos aspectos de institucionalização e regulamentação da AU. O segundo refere-se à estruturação de serviços, ações e políticas públicas. Foram avaliadas 21 cidades diferentes por meio da revisão da literatura a respeito dessas cidades.



Resultados

QUADRO 1 Resumo da Institucionalização da Ação Pública de AU

	Cidades	Estado Legal da AU	Orçamento público para AU	Inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AU no Plano de Desenvolvimento Urbano	Existência de um Comitê Inter-setorial de AU	Existência de canais de participação política
Marginal	Harare, Dar es Salaam, Accra, Dakar, Belém	Vazio institucional, AU é uma atividade ilegal ou não existe uma lei específica para AU	Inexistente	Não	Não	Não	Não
Emergente	São Paulo, Lima, Cidade do México, Nairóbi, Copenhague, Chicago	AU é uma atividade legal, mas é vista como atividade ilegal por alguns gestores e cidadãos	Inexistente	Na maioria dos casos não, ou inclusão recente	Na maioria dos casos não, ou inclusão recente	Não	Na maioria dos casos não, ou criação recente de um espaço de participação nessa área
Societal	Nova Iorque, Montreal, Quito, Filadélfia	Atividade legal	Sim, para programas específicos	Na maioria dos casos não, ou inclusão muito pontual	Na maioria dos casos não, ou inclusão muito pontual	Não	Na maioria dos casos não, ou criação recente de um espaço de participação nessa área
Estatal	Toronto, Vancouver, Havana, Rosários, Seattle, Sete Lagoas	Atividade legal	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: elaboração própria



QUADRO 2 Resumo da Tipologia de Ação Pública de AU

	Serviços de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais		
	Acesso à Terra						
		Créditos e financeiros para AU	Educação e Assistência Técnica de AU	Assistência para acesso a mercados	Gestão de Riscos	Promoção de técnicas de agricultura ecológica	Serviços de integração entre compostagem e AU
Marginal	Lusaka, Dar es Salaam, Accra, Dakar, Belém,	Inexistente	Insuficiente	Inexistente	Inexistente	Muito pontuais	Inexistente
Emergente	São Paulo, Lima, Cidade do México, Nairobi, CopenhagueChicago	Inexistente Há formas de acesso à terra, mas não há um programa ou uma coordenação desse acesso	Insuficientes, mas com relativa progressão de cursos educativos	Realizada de forma muito pontual por iniciativas da Sociedade Civil	Inexistente	Existente, mas com apoio financeiro e institucional muito frágeis	Muito incipiente
Societal	Nova Iorque, Montreal, Quito, Filadélfia	Sim, seja por programa municipal ou por gestão de ONGs	Educação oferecida por ONGs e Universidades	Realizada através de ação de ONGs, grupos de consumo, ou de forma independente	Promovida por ONGs, universidades e poder público	Promovida através de serviços de educação	Promovido por meio de ações em rede
Estatal	Havana, Rosario, Toronto, Vancouver, Seattle, Sete Lagoas	Sim	Educação consolidada, oferecida por programas governamentais, ONGs e Universidades	Existência de ações governamentais e não-governamentais	Promovida por ONGs, universidades e poder público	Promovida através de serviços de educação	Promovido por meio de ações em rede e/ou por meio de políticas públicas

Fonte: elaboração própria



VI CONGRESSO LATINO-AMERICANO
X CONGRESSO BRASILEIRO
V SEMINÁRIO DO DF E ENTORNO
12-15 SETEMBRO 2017
BRASÍLIA- DF, BRASIL

Tema Gerador 11

Agroecologia e Agriculturas
Urbana e Periurbana



Os aspectos institucionais referem-se à avaliação da presença de seis estruturas principais: Estado legal da AU; Orçamento Público específico para AU; Inclusão da AU no Plano de Segurança Alimentar; Inclusão da AU no Plano de Desenvolvimento Urbano; Comitê Inter-setorial de Agricultura Urbana. Os serviços foram classificados em três áreas principais com sete serviços principais. A primeira área refere-se ao Acesso à Terra e Uso do Solo e avalia-se a presença de serviços de acesso à terra. A segunda área refere-se à Saúde e Segurança Alimentar e avalia-se a presença de serviços de acesso ao crédito, educação e assistência técnica, acesso a mercados e gestão de riscos. A terceira área refere-se aos Serviços Ambientais e as categorias de análise são a promoção de técnicas de agricultura ecológica e a integração entre compostagem e Agricultura Urbana.

Conclusão

A construção da tipologia da ação pública de Agricultura Urbana permite identificar diferentes arranjos sócio-institucionais que podem viabilizar ou não serviços direcionados à AU. A compreensão desses diferentes arranjos permite avaliar como o Estado e as organizações da sociedade civil têm direcionado ações e estruturas para a promoção da AU. As cidades que enfrentam vazios institucionais e fraca ação de organizações da sociedade civil como é o caso do “Tipo Marginal” tendem a apresentar deficiência na entrega de serviços para AU. As cidades que apresentam estruturas institucionais em construção como no caso do “Tipo Emergente” tendem a apresentar entregas de serviço parciais para AU. As cidades que apresentam baixas estruturas institucionais, mas fortes ações da sociedade civil, tendem a apresentar boas estruturas na entrega de serviços, mas baixos Resultados para o planejamento de AU. As cidades que apresentam fortes ações estatais e fortes ações da sociedade civil tendem a apresentar bons Resultados na entrega de serviços e bons Resultados para o planejamento de AU.

Bibliografia

- Bryld, E. (2003) Potentials, problems, and policy implications for urban agriculture in developing countries. *Agriculture and Human Values* 20(1): 79–86.
- De Zeeuw, H., Van Veenhuizen, R. And Dubbeling, M. (2011) The role of urban agriculture in building resilient cities in developing countries, *The Journal of Agricultural Science*, 149(S1), pp. 153–163. doi: 10.1017/S0021859610001279.
- Porto, Lya (2017). *Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: os casos de São Paulo, Montreal e Toronto*. Tese de Doutorado (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas.